



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003240-55.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Arnaldo Cesar Ferreira**  
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DE C I D O.

Trata-se de embargos à execução opostos sob o fundamento de que o valor atribuído à embargante, a título de indenização ao embargado derivada do descumprimento de obrigação fixada na sentença de fls. 58/60, seria exorbitante.

Busca em consequência sua redução.

Não assiste razão à embargante.

Com efeito, é necessário relembrar que a ação de conhecimento foi ajuizada há **mais de seis meses**, esclarecendo então o embargado que como passou a ter problemas com a linha telefônica de que é detentor junto à embargante buscava o restabelecimento do plano contratado.

A embargante em contestação expressamente consignou que *"devido a um erro sistêmico houve a portabilidade interna do plano (Claro Fixo para Claro Fone)"*, com a ressalva de que *"todos os procedimentos estão sendo adotados para a resolução do ocorrido"* (fl 16, primeiro parágrafo).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A peça de resistência foi subscrita em **12 de maio**.

Sobreveio a sentença de fls. 58/60 que, acolhendo a pretensão deduzida, impôs à embargante a obrigação de restabelecer o funcionamento da linha em apreço nos moldes do plano anteriormente ajustado (Claro Fixo), sob pena de multa.

Antes mesmo de implementar-se a intimação pessoal da embargante, ela compareceu aos autos para noticiar o cumprimento integral da obrigação (fls. 63/64), mas depois que o embargado disse que isso não tivera vez (fls. 81/82) admitiu que na realidade o adimplemento do que lhe fora determinado não seria possível, pleiteando a conversão da obrigação em perdas e danos (fls. 86/87).

Ora, o quadro delineado revela que desde o início do processo a embargante nunca buscou de qualquer maneira solucionar o problema a que o embargado não deu causa.

Ao contrário, se num primeiro momento salientou que estava tomando todas as providências para a resolução da pendência posteriormente chegou a declinar que cumprira a obrigação a que foi condenada quando tal não era viável.

Inegável nesse contexto que a fixação da indenização no valor máximo da multa pela desídia da embargante não se ressentiu de exorbitância.

Deve-se assinalar, como se não bastasse, que ao propor a ação o embargado deixou claro que era eletricitista e que estava "*perdendo muitos clientes pois não está recebendo ligações*" (fl. 01), o que reforça a convicção de que como até o momento a situação permanece inalterada a indenização arbitrada está em consonância com as peculiaridades do caso.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Transitada em julgado, expeça-se mandado de levantamento em favor do embargado relativamente ao depósito de fl. 98.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 18 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**